



OS AVANÇOS ANTIDEMOCRÁTICOS E A REFORMA EDUCACIONAL PÚBLICA: UMA “POSSÍVEL” REESTRUTURAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ATRAVÉS DO EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL

THE ANTI-DEMOCRATIC ADVANCES AND THE PUBLIC EDUCATIONAL REFORM: A “POSSIBLE” RESTRUCTURING OF THE EXPLOITATION OF THE LABOR FORCE THROUGH EDUCATIONAL ENTREPRENEURSHIP

Michel Francisco Lins **1**

Resumo: Diante desta breve síntese, busca-se elucidar as retomadas antidemocráticas do Brasil pós 2013 até as eleições de 2018, embarcando numa onda conservadora, fascista e antidemocrática e, desse modo, impondo, em caráter de urgência, reformas sociais primordiais, na relação do trabalho e da educação pública. Nessa conjuntura, os alinhamentos com o empresariado nacional e estrangeiro, na figura dos Estados Unidos da América, reforçam a hegemonia social na luta contra o bem-estar social, utilizando os avanços que a passos lentos foram conquistados pós Ditadura civil-militar, distorcendo e retirando direitos sociais, trabalhistas e educacionais, passando a negar a democracia, a ciência, o serviço público e os movimentos sociais. Assim, o objetivo é demonstrar como a classe burguesa brasileira operou o golpe de 2016 e tornou possível reestruturar hegemonicamente o poder do Estado para reformular, a seu interesse, a educação e as relações de trabalho na sociedade brasileira do século XXI.

Palavras-chave: Educação Reforma Trabalhista. Conservadorismo. Reforma Empresarial da Educação.

Abstract: In face of this brief synthesis, the aim is to elucidate the anti-democratic recovery of Brazil after 2013 until the 2018 elections, embarking on a conservative, fascist and anti-democratic wave and thereby imposing, as a matter of urgency, fundamental social reforms in the relationship between work and public education. At this juncture, the alignments with national and foreign entrepreneurs, on the figure of the United States of America, reinforce social hegemony in the struggle against the welfare state, using the advances that were achieved in slow steps after the civil-military dictatorship, distorting and removing social, labor and educational rights, and denying democracy, science, public service and social movements. Therefore the objective is to demonstrate how the Brazilian bourgeois class operated the 2016 coup and made it possible to restructure hegemonically the state power to reformulate education and labor relations in the 21st century Brazilian society.

Keywords: Education. Labor Reform. Conservatism. Corporate Education Reform.

1 Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduado em Pedagogia pela UNIOESTE. Graduado em Educação Física pela UNIOESTE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8898820725058215>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6940-4236>. E-mail: mixelzera@hotmail.com



Introdução

As reformulações perante a “crise” do capitalismo do Século XXI, com base nos avanços antidemocráticos, no autoritarismo, nas reformas trabalhistas, nas retomadas de preceitos fascistas etc., tomando como base o ano de 2013 até as eleições de 2018, situam uma retomada de discursos conservadores. Dentro destes discursos a escola e a escolarização passam por reformulações perante o capital e as relações de produção capitalistas.

Os discursos da burguesia brasileira na sua posição hegemônica impõem formar o indivíduo com base empreendedora, ou seja, uma nova roupagem da exploração da força de trabalho. Pautando seu discurso no movimento neoliberal, nas reformas trabalhistas e da meritocracia, para justificar a retirada de direitos conquistados pós Ditadura civil-militar brasileira 1964-1985.

Esta síntese entra na questão do porquê o capital discursa ser necessário formar este “novo” indivíduo empreendedor? Para responder a isto busca-se a partir das leituras e de uma síntese historiográfica situar o ambiente polarizado do Brasil na retomada dos levantes autoritários do bloco hegemônico, colocando frente ao campo de disputa a reforma trabalhista e a reforma empresarial da educação.

O colapso da democracia: uma reestruturação da hegemonia burguesa brasileira

Tudo aquilo que, com esforço, fora construído a partir do final da ditadura civil militar, em termos de democracia e de promoção da justiça social, foi destruído em pouco tempo. A ofensiva de direita, o golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro 2018 produziram um revés que poucos seriam capazes de prever ou mesmo imaginar (MIGUEL, 2019, p. 11).

É diante deste fato narrado por Luis Felipe Miguel que se dá o ponto de partida para o que o próprio autor chama de “colapso da democracia”, fator este contundente para a explanação da sociedade brasileira contemporânea.

O Estado retoma uma caracterização daquilo que compreende-se como uma “nova” idealização de homem, uma utopia fundamentada pela burguesia alinhada a setores estrangeiros para a formação do indivíduo empreendedor, resiliente, flexível, colaborador etc..

Pois bem, a discussão toma por base forças de grupos que concluíram um entendimento de que o jogo eleitoral não teria mais condições de atendê-los, ou seja, não servia mais ao capitalismo burguês nacional. Desta forma, tais grupos-chaves retomam em primeira medida o discurso amparado em interesses da burguesia, pois o setor privado, os empresários, bancos e, ou o chamado capital monopolista precisam serem levados em conta.

O processo antidemocrático inicia antes mesmo das manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, perceptível na perseguição de intelectuais, docentes, artistas com ampla crítica dos setores privados encapada pelo Estado com apoio de parcelas da sociedade civil em relação às instituições públicas.

O grupo hegemônico do Estado ampara os fanatismos e retomam discursos de “fantasmas” comunistas, espectros de “doutrinação marxistas” – ligados sempre em relação às escolas e universidades públicas e a componentes curriculares específicos – pairando sobre uma onda conservadora contra “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”, paranóias alinhadas ao Estado burguês em mais um duro golpe contra a democracia brasileira (MIGUEL, 2019).

Os apontamentos de Sampaio (2017) retirados do artigo publicado na página do Instituto de Estudos Latino-Americanos demonstram o temor da classe dominante sobre as questões sociais cobradas nas manifestações de 2013,

O temor de que a crescente onda de inquietação social pudesse fugir do controle e abrir brechas para a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na

surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres. As concessões feitas às classes subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raiz o processo de ascensão das massas. Atiçados pelos grandes veículos de comunicação de massa, com a luz verde da grande burguesia, os bem de vida partiram para a ofensiva (SAMPAIO, 2017, n.p.).

O descontentamento da burguesia nacional se alinha e tem a capacidade de se unir em seu bloco heterogêneo quando o assunto envolve perda de seus privilégios. Um discurso proferido pela então presidenta Dilma expõem as abusivas taxas de juros e o alinhamento aos bancos que tornam a vida do brasileiro injusta, este fato alinhado a figura da presidenta permite a união do grupo hegemônico orquestrando a queda do governo petista. Nas palavras da presidenta no dia 1 de maio de 2012:

É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo [...] A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros seja para o produtor seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional [...] Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor, enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade os seus compromissos [...] O setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros (REUTERS, 2012, apud PINHO, 2016, p. 98).

Perante este discurso é possível analisar, temos um sistema financeiro sólido, entretanto os bancos controlam a vida da nação brasileira favorecendo os empresários, o setor estrangeiro, os latifúndios enquanto a população se afunda na miséria social. A burguesia ao falar em taxa de juros mais igualitária para a população se posiciona enquanto poder hegemônico e revisita os discursos em nome da ordem e do progresso para atacar as organizações democráticas, reestruturando um novo golpe para colocar os aventureiros que assumiram o poder (SAMPAIO, 2017).

Deste modo, a elite ataca com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional (SAMPAIO, 2017), significa então, em uma breve análise, retirar parte do lucro que advém da exploração do trabalho e principalmente de grandes valores retidos pelo setor bancário.

A despeito das medidas favoráveis ao empresariado industrial e das possíveis convergências entre este setor e o viés desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff, os industriais foram progressivamente se afastando da presidente, alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista de oposição. Cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato "intervencionista", que inviabilizava os investimentos e não criava confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais. Estava em curso, portanto, a dissolução da coalizão produtivista e a formação da frente única burguesa antidesenvolvimentista (SINGER, 2015, apud PINHO, 2016, p. 107).

O alinhamento antidesenvolvimentista proposto pela burguesia nacional volta os olhos para uma retomada, mesmo que de forma autoritária para o controle do poder estatal. Assim, o Brasil retorna a era das privatizações de setores estratégicos como (Petrobrás, Embraer), a transferência das riquezas naturais ao capital estrangeiro, discursando em caráter de emergência com um total alinhamento ao governo estadunidense (MIGUEL, 2019).

Nesta nova ofensiva imperialista dos Estados Unidos colocado como alfa e ômega da nossa política exterior e também reestruturando sua postura de controle da América Latina, compreende-se o pensamento de Miguel (2019, p. 15), “um regime híbrido, uma nova forma de ‘ditadura’ ou mesmo uma ordem democrática inovadora é descartada de antemão”.

O golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016 mostra o quanto o grupo hegemônico não quer saber de diminuir a desigualdade, ou de minimizar a exploração do trabalhador brasileiro. O então golpe democrático sofrido teve por sentido retroceder os direitos fundamentais da população brasileira trabalhadora, atuando como uma redução do peso popular diante das decisões políticas e pôr em coma o projeto de construção de uma nação mais justa (MIGUEL, 2019).

A chamada crise do capitalismo global jogou para baixo a lucratividade de setores produtivos brasileiros, que, diante desta inércia estruturalmente realizada para diminuir as desigualdades sociais formulou um projeto neodesenvolvimentista, colocando no centro da lógica capitalista brasileira a superexploração do trabalho.

Esta suposta crise no campo financeiro brasileiro pressionou uma reforma trabalhista alinhada ao descontentamento desta burguesia monopolista, objetivando e visando aumentar ainda mais as taxas de exploração (ALVES, 2018). O sustento dos interesses do grupo hegemônico dependia do apoio da sociedade civil, para isto montou-se uma conjuntura precisa da suposta crise. Ou seja, a grande burguesia está amparada e aparelhada de mecanismos capazes de auxiliar e trabalhar junto a ela, o que é chamado por Paulo Enrique Amorim de “Quarto poder” ou “Imprensa Golpista” o intitulado Partido Imprensa Golpista – PIG.

O processo que se formou para o impeachment da presidenta, a construção de um monstro anti-esquerda e principalmente anti-petismo, é comandado pela burguesia monopolista e a ascensão de um grupo consideravelmente adestrado e ideologicamente condicionado de promotoria e juízes, em parceria deliberadamente alinhada ao quarto poder ou também conhecida como grande mídia, montando um cenário capaz de criminalizar o petismo e a toda a esquerda nacional (MIGUEL, 2019).

Deste modo, os eventos de 2013 até o golpe em 2016 mostraram a fragilidade política do não enfrentamento estrutural aos privilégios da grande elite brasileira, as coalizões criaram uma situação incapaz de união no enfrentamento às disseminações dos discursos antidemocráticos, retomando um momento de desempregos, destruição e queda dos investimentos públicos em saúde, transporte, moradia, educação, segurança etc.

A disputa pelo poder coloca a população mais uma vez na posição de uns contra os outros, a alienação de classe gera o ódio ao proletariado, com isto, os golpes sofridos diante desta disputa pelo poder, apontam:

O que temos assistido é uma série de ataques às conquistas sociais que merecem atenção para muito além de uma análise política-econômica aligeirada. Temos que compreender que a ofensiva da direita capilarizou-se e materializou-se a partir de diversos eventos e ações do Estado, como: o massacre dos professores no Paraná pelo prefeito Beto Richa do PSDB; a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665 contra os direitos previdenciários do trabalhadores, como o seguro desemprego e a pensão por morte; o Projeto de Lei 4.330 que rebaixa o custo da força de trabalho brasileira atacando diretamente os direitos trabalhistas [...] o aparecimento de camisetas estampadas com o slogan “Mais Mises, menos Marx”, uma alusão ao economista fascista austríaco Ludwig Von Mises, um dos pais do neoliberalismo; o crescimento

espetacular dos setores privados na educação, um exemplo é a fusão da Kroton e Anhanguera, que produziu a maior instituição de ensino privado do mundo; o desmonte histórico do SUS; à violência contra a mulher, negros e homossexuais; o golpismo declarado tanto da parte do judiciário brasileiro como o da grande imprensa. (SILVEIRA SOARES, 2017, p. 274).

É a crescente indignidade social que alimentou e deu brecha para a retomada conservadora fascista da sociedade, a definição que o “cheiro do povo” foi o que gerou o “ódio do povo” (FELIPE DEMIER, 2016, *apud* SOARES, 2017).

Este ódio cresce a partir de articulações feitas pela elite nacional, mas também pela incapacidade de parte da população em se organizar. A consequência dos retrocessos é apoiada pela a classe média em um histórico ódio de classes, um ódio ao miserável, aos que ascenderam da pobreza e agora frequentam locais dos “patrões”, quando a dignidade humana permitiu a uma grande parte da população em ter mínima dignidade humana (SILVEIRA SOARES, 2017).

Portanto, o que está ocorrendo é uma disputa pela garantia burguesa de seus privilégios, o que necessita uma nova organização estrutural para garantir os financiamentos públicos até então destinados a um Estado de bem estar social.

A disputa pelo bolo do fundo público é o que tece esta opereta entre a pseudo-esquerda petista e a declaradamente direita profascista brasileira [...] Esta denominada “nova direita” cujas palavras de ordem são o combate ao “comunismo”, ao “bolivarianismo” e claro, à corrupção, representa o que há de mais conservador em pleno século XXI. Como pano de fundo, esta é a insígnia adotada como mote para golpear governos eleitos democraticamente (SILVEIRA SOARES, 2017, p. 273).

Com isto os setores brasileiros que fazem parte desta disputa ocupam cadeiras extremistas neste campo de batalha. Dentro destes estão colocados segundo Miguel (2019, p. 94), “incluem três vertentes principais, os chamados *libertarianismo*, *fundamentalismo religioso* e a reciclagem do antigo *anticomunismo*”.

Estas vertentes apresentam dentro de cada conjuntura características específicas, sendo a primeira o libertarianismo, conhecida pela ideologia libertariana: entendida pela escola econômica austríaca influenciando caminhos e locais voltados a universidades dos alunos de graduação e pós-graduação tanto no meio privado como público em união a ativistas estadunidenses (MIGUEL, 2019).

Ou seja, é o menor Estado possível. Idealiza e fomenta-se o neoliberalismo, colocando situações de regulação da vida a partir do mercado financeiro, este tem a justa condição de regular a vida por mais desigual que possa parecer, trazendo consigo discursos ultraliberais. Incluem nesse pacote os contratos de livre negociação empregador-empregado, reduzem ao máximo os direitos de propriedade e ojeriza qualquer tipo de laço perante a solidariedade social (MIGUEL, 2019).

O fundamentalismo se define pela percepção que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito do aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate a homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso como latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do congresso, pastores com forte atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia (da Assembléia de Deus Vitoria em Cristo), dão voz à sua pauta. [...] É um discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes

contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discurso contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam. O controle de emissoras e televisão completa o quadro. Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira (MIGUEL, 2019, p. 102-103).

Essas lutas ideológicas no campo social intervêm no ponto primordial desta síntese, a escola. A conjuntura montada para inferiorizar a esquerda e construir distorções da realidade social brasileira, impõe uma grande remodelagem e luta no âmbito educacional público.

Os surgimentos de núcleos conservadores encontram meios de difundir inverdades no modelo educacional vigente. O movimento Escola Sem Partido é um destes que se coloca frente a um projeto de perseguição a professores universitários e da educação básica, atacando pontualmente a diversidade de gênero e a liberdade sexual (MIGUEL, 2019).

Este ponto traz que a direita nacional extrema e conservadora mesmo em suas vertentes polarizadas se encontram em pontos comuns redefinindo os termos do debate público do Brasil, provocando a destruição de consensos que pareciam estar muito bem assentados com o final da ditadura civil militar. Diante deste processo mesmo que vozes dissidentes soam afirmando que este compromisso era uma fachada, o discurso político aceitável no qual estava incluso a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate abrangente à desigualdade social.

Ocorre que a partir da Constituição de 1988 a disputa política permanecia em um terreno entendido como amplamente hegemônico e do discurso dos direitos. Esta crise de hegemonia gerou o descontentamento da direita tupiniquim, que se mostra no decorrer da história propensa e perigosa, atuante em forças políticas conservadoras respaldadas pela mídia apostando no pior cenário possível e na pior figura política apresentada para ocupar os espaços da classe dominante e responder a sua agenda. A história nos mostra que ocorre um desmonte dos direitos conquistados e o que ocorreu neste período do século XXI foi que a mobilização da direita rompeu com tais avanços do campo do direito (MIGUEL, 2019; PINHO DE CARVALHO; COSTA GUERRA, 2016).

Chegou a um ponto no qual o contexto social, político e econômico brasileiro estão sendo reformulados para atender em mais um momento histórico as vontades e anseios da elite brasileira. Ocorre então que, o Brasil passa a vivenciar o atomismo social, desprezando qualquer forma de solidariedade e fazendo uma leitura no campo do direito como um privilégio inaceitável em um mundo que tem seu início na competição entre as pessoas.

Esta competição é autointitulada meritocracia, mas antes mesmo da competição encontra-se à estratificação social. O discurso do direito de uns sobre outros coloca a competição como uma ação entre grupos distintos, o “cidadão de bem” contra o “subversivo” fora e dentro dos muros da escola, ou, deque subverte a relação professor aluno no ambiente escolar. Neste meio está o “direito de quem quer ter aula contra quem ocupa escola, o direito do motorista contra a manifestação de rua, o direito do usuário contra os servidores públicos em greve” (MIGUEL, 2019, p. 108).

Nesta luta por hegemonia e poder social a classe burguesa alinhada e ocupada na figura do Estado Capitalista desempenha sua força pendendo para os interesses do grande capital nacional e principalmente estrangeiro.

Esta inclinação produz um declínio junto aos trabalhadores tomando conta da atividade sindical como algo “subversivo” que não luta pelo trabalhador, jogado no âmbito social com a penetração do discurso “empreendedor”, sob medida para dissolver qualquer fragmento que ainda sobra-se da solidariedade de classe. Deste modo, o trabalhador “em particular o trabalhador precarizado, despedido de vínculo empregatício é instado a ver em si mesmo um capitalista em formação” (MIGUEL, 2019, p. 109).

Boa parcela da classe média produz ou capta um efeito de “simbólico” da percepção de sua própria posição na hierarquia social, o que a leva a fazer interpretações deturpadas da realidade, na qual, encontram que sua posição de “classe” os favorece na disputa por ascensão social como indivíduo, está percepção acontece em sociedades cuja dinâmica e o acesso ao consumo tem uma

grande distinção (MIGUEL, 2019).

O Estado nacional no século XXI aponta para uma organização do interesse privado, assim, aponta Silvio Caccia Bava em Editorial no *Le Monde Diplomatique* de maio de 2015,

[...] este Estado é perpassado fortemente por interesses do capital e pelo conservadorismo, intitulado Captura do Sistema Política, justamente, a captura do sistema político pelo poder econômico. Em suas análises, sustenta Caccia, não está formado por bancadas de partidos políticos estão distribuídos por todos os partidos: Bancada Ruralista; Bancada dos Bancos; Bancada dos da Bala; Bancada Evangélica; Bancada da Bebida é militantemente conservador e reacionário, impondo políticas de restrição de direitos (SILVIO CACCIA BAVA, 2015, *apud* PINHO DE CARVALHO; COSTA GUERRA, 2016),

Estes interesses privados que ocupam os espaços públicos de tomadas de decisão no âmbito social, político e econômico neste século, interferem diretamente nas relações do trabalho assalariado e nas prestações de serviços entendidos como “empreendedorismo”, encontrando a falsa ideia do pensamento de ver em si um capitalista.

Desta perspectiva, Miguel (2019), traz apontamentos para o entendimento da sociedade e da reformulação da mão de obra na figura do “empreendedor”.

As grandes manifestações pelo *impeachment* em 2015 e 2016 tiveram entre seus eixos discursivos a defesa da “meritocracia, a denúncia dos “vagabundos” e o saudosismo manifestado em frases como “eu quero meu país de volta” – todas as formas de expressão de repulsa pelos programas de inclusão social [...] indica forte rejeição às cotas raciais nas universidades e concordância com a ideia de que o Programa Bolsa Família “só financia preguiçoso”. Desde o início, esses conteúdos foram centrais no discurso das lideranças das mobilizações, tanto entre os movimentos de proveta (MBL, vem pra rua etc.), quanto entre os jornalistas da televisão – e também em alguns parlamentares, como o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). A possibilidade de mobilização política deste desconforto com a igualdade dependeu de um trabalho prévio de demolição da noção de solidariedade social que fundamentava o consenso, existente ao menos da boca para fora, sobre a necessidade de construir um Brasil mais justo. Este foi o grande trabalho ideológico da direita nos últimos tempos. [...] A mobilização agressiva da extrema-direita seria instrumental para manter acuada a esquerda, mas abriria caminho para o retorno ao poder da velha elite conservadora. No entanto, o jogo mudara. O discurso de demonização da política atingiu também partidos da direita tradicional, que viram seus candidatos patinar nas pesquisas pré-eleitorais, apesar do apoio do grande capital e dos meios de comunicação de massa. [...] Entre aceitar que o campo popular voltasse a ser incluído como interlocutor político legítimo ou jogar o Brasil no caminho da barbárie, a classe dominante não titubeou (MIGUEL, 2019, p. 114-115).

Pois bem, dada à conjuntura social, econômica e política polarizada o que se aponta até aqui é uma ideologia que retoma suas origens, nas palavras de Florestan Fernandes (2019), o grupo hegemônico tenta “submeter e domesticar o aliado rebelde”. Domesticação essa realizada

por meio de um aparato de tecnologias e de distorções da realidade social, enraizadas nas classes populares fragmentadas e distribuídas na chamada classe média. Encontrando nas porções médias da sociedade uma analogia de que estaria acima dos pobres a ponto de defender os ideais do capital monopolista burguês.

Deste modo, Florestan Fernandes (2019, p. 68) indica em sua análise que “a democracia só é legítima quando encontra ou recebe o consenso ‘burguês’. Ou, o que é pior, dilui a classe operária em uma massa amorfa, que opera como elemento de manobra da ‘ordem’”.

Neste processo de reestruturação de poder “hegemônico” que o Estado e parcelas da sociedade civil impõem, a educação está localizada, sendo ela então bombardeada de discursos da necessidade da “igualdade” vinculada à meritocracia por meio do “empreendedorismo”. Os discursos apontados na formação escolar atuam sobre as demandas da suposta crise do capital.

É a partir deste contexto atual que se dissemina a necessidade em caráter de urgência de reformular a educação brasileira, apontando como uma garantia de sucesso educacional e econômico. Portanto diante dos interesses privados que ocupa o sistema do Estado toma como ponto de acordo entre Estado e Capital uma reforma empresarial da educação.

A reforma empresarial educacional contida no discurso “empreendedor”

O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendimento” que expressa o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa” (FREITAS, 2018, p. 31).

Dentro dos pressupostos sociais apontados anteriormente que apresentam a conjuntura política, social e econômica neste momento histórico do século XXI, notam-se práticas que empurram para dentro das escolas públicas fundamentos da relação indivíduo-empresa.

Diante disso, Costa, Barros e Carvalho (2011, p. 183) apontam que “naturaliza-se a premissa deque o profissional contemporâneo é uma unidade econômica autônoma inserida em um contexto competitivo, sendo o ‘eu-empreendedor’”.

O discurso da crise capitalista, das urgências em reformar direitos trabalhistas e a flexibilização destas relações no campo social colocam frente ao ensino uma responsabilidade de dar conta mesmo que parcialmente das relações sociais de trabalho. Originalmente, os discursos e o movimento que engloba o empresariado nas discussões acerca dos rumos educacionais não são recentes, a escola pública esteve e está atrelada as relações mais imediatas das sociedades capitalistas, o lucro.

Desta maneira, na prática tem por ser uma política híbrida, remontando conceitos no surgimento de uma considerada “nova direita”, buscando combinar os ideais econômicos de um liberalismo (que retoma os sentidos clássicos do século XIX) unido a um autoritarismo social no século XXI (FREITAS, 2018).

A argumentação de que a reforma da política educacional nacional – envolvendo particularmente o ensino médio e profissional – está relacionada diretamente com o processo de flexibilização das relações de trabalho no Brasil, e é necessária para atender as novas exigências e as competências produtivas e tecnológicas demandadas pela modernização e competitividade das empresas e da economia brasileiras à integração ao mercado globalizado, carece de sustentação ao escamotear a incapacidade funcional da educação e a questão de fundo que move a situação da força de trabalho (DEITOS, 2012, p. 8).

Portanto, o conceito de empreendedorismo se coloca frente ao imaginário coletivo em um discurso que desconsidera a realidade social do Brasil. O conceito empreendedor norteia as

discussões frente ao MEC, reorganizando a educação básica através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Deste modo, o conceito empreendedor “é aceito, incorporado e disseminado no imaginário nacional sem releituras que incorporem o contexto social, econômico, político e cultural brasileiro” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 191).

A reforma empresarial que adentra nas escolas, nas coalizões entre partidos da “nova” e “velha” direita e de partidos ditos de centro-esquerda, junto ao apoio das grandes mídias sociais e que chegam as casas da população encontram adeptos e fiéis apoiadores das reformas educacionais vinculadas a reestruturação do trabalho.

O discurso disseminado agrega em um pacote reformador não só a precarização do trabalho assalariado na formação do empreendedor, mas coloca frente ao discurso neoliberal a retirada do Estado no financiamento da educação pública gratuita e laica, incluindo no lugar, a ideia dos *vouchers*.

Esta questão está alinhada juntamente com o empreendedorismo, pois vem atrelada ao pensamento empresarial que dialoga juntamente ao MEC. A principal ideia é que cada escola pública ou privada teria um valor a ser cobrado para o aluno estudar, dentro das dinâmicas geográficas e de “qualidades” educacionais na relação do livre mercado.

Neste contexto, o chamado *voucher* cobriria em prol de “igualdade” parte desta mensalidade, esta é “proposta da nova direita para elevar a qualidade da escola (inserção da escola no livre mercado pelos *vouchers*) (FREITAS, 2018, p. 18). Deste modo o que ocorre na prática educacional das reformas empresariais é que

[...] a proposta continuou seu caminho original de amplificar a segregação das escolas (não só por raça, mas por gênero e nível socioeconômico), criando “trilhas” que escolhem os estudantes segundo o dinheiro que carregam no bolso: uma elite (branca e mais rica) estuda na escola privada e quando necessário tem os *vouchers* para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com *voucher*, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobreviveram à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade (FREITAS, 2018, p. 18).

O que este movimento empresarial traz em pauta dentro da educação nacional é mascarada na ideia de “liberdade de escolha”. Inclui-se neste pacote o pensamento de que todos partem para a jornada da vida de um mesmo local, portanto, todos teriam plenas condições de escolher o melhor caminho a trilhar da formação básica até a superior.

As imposições do conceito de “livre mercado” colocados no ambiente educacional brasileiro com a disseminação dos discursos da “meritocracia” negam à principal questão da população brasileira, a desigualdade social. Questões que envolvem a reforma empresarial da educação vão muito além da formação do empreendedor, atingem outros pontos centrais de censura até diminuição dos investimentos em escola pública, ocorrendo que,

[...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastado do Estado, o que justifica sua privatização (FREITAS, 2018, p. 29).

Esta ideia de serviço é uma distorção da realidade material da sociedade. A visão distorcida de mundo generaliza as atividades da vida cotidiana e da função do Estado, perpetuando desta forma que os cidadãos estão inseridos nessa “lógica” em “pé” de igualdade e o esforço próprio (mérito), é aquilo que definirá sua posição social (FREITAS, 2018).

A educação ocupa dentro de sua rede de ensino básico, o técnico e em parte do ensino universitário, o discurso de que a “nova” sociedade intitulada 4.0, está colocada na necessidade

de formar um “novo cidadão”. Neste ponto, “a construção do perfil empreendedor sinalizado deve formar o trabalhador para o novo mercado, suas demandas e ainda adverti-lo de que o futuro é cheio de incertezas” (ALVES, 2008, *apud* COAN, 2011, p. 130).

Os discursos, em torno do perfil empreendedor, são falaciosos [...] algumas das características do perfil empreendedor são comuns a todas as concepções, tais como: ter iniciativa, persistência, disposição para assumir riscos, inovação, entre outras. [...] Nesse caso, os apelos para o empreendedorismo, do qual deriva a necessidade de se educar para esse fim, estariam muito mais relacionados às novas configurações do movimento do capitalismo mundialmente globalizado com os discursos ideológicos dos postuladores do neoliberalismo de Terceira Via do que propriamente com as mudanças da sociedade “tecnológica” ou do “conhecimento ou informação” (COAN, 2011, p. 133-137).

Este neoliberalismo está inserindo no sistema educacional, podendo ser perceptível nas escolas privadas, no qual o cenário de “matar ou morrer” já faz parte do dia a dia escolar. Entretanto, as escolas públicas estão “protegidas” até certo ponto, desta concorrência empresarial, mas não deslocadas do discurso neoliberal, o que ampara a fundamentação da BNCC é o empreendedorismo, atuante na falaciosa ideia de que a “má” qualidade do ensino público é porque não segue o modelo empresarial.

As empresas, os empresariados e o mercado financeiro adentram na educação por meio das reformas do ensino, juntamente com a privatizações pontuais para combinar estratégias que fundamentem e que torne o discurso aceito.

Estrategicamente os reformadores tomam em primeiro ponto: o ato de criar uma dinâmica que torne a escola pública uma extensão das relações empresariais em grande medida. A “escola empresa” utilizaria de metodologias de “qualidade” e rendimento, o chamado mérito de desempenho, certificações de qualidade, o uso das metas e as avaliações e disposição de recurso de acordo com cada qualificação. O segundo ponto: está na terceirização de trabalhos pela transferência de recurso a setores privados que seriam contratadas para administrar e prover os serviços das escolas públicas, o que criaria um vetor de privatização, os reformadores que desenvolvem a ideia de um ensino empreendedor (FREITAS, 2018).

Ao adentrar no Brasil os reformadores em prol de uma educação empreendedora e de uma formação do “cidadão empresa”, traz que, teria uma necessidade de criar oportunidades e potencializar este modelo de educação para que se torne possível uma maior “proporção de seu capital humano” (DOLABELA; FILION, 2013, p. 154, *apud* SCHAEFER; MINELLO, 2016, p. 61).

Juntamente ao processo da formação deste indivíduo empreendedor se coloca um entendimento por parte dos adeptos a essa “nova escola” conceitos do papel do professor neste procedimento fundamental para o “avanço da nação”.

No artigo de Schaefer e Minello (2016), aponta a metodologia do “aprender a aprender”, um velho discurso com o ensino centrado no aluno, que, segundo esses autores para o ensino empreendedor é preciso de uma pedagogia “nova” afirmando a necessidade da criação de propostas metodológicas inovadoras, instrumentos e técnicas didáticas pedagógicas voltadas para a formação empreendedora.

A “pedagogia” empreendedora é por si só uma pedagogia da segregação, todos os discursos amparados nesta perspectiva negam, como apontado anteriormente, a desigualdade social. Neste discurso em prol da “pedagogia” empreendedora, está o lema do “aprender a aprender” entendida por Duarte (2004), como:

[...] a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, a necessidade de superação do caráter estático e unilateral da educação escolar tradicional, com seu verbalismo, seu autoritarismo e seu intelectualismo. A necessidade de superação das formas unilaterais de educação é real, objetivamente criada pelo

processo social, mas é preciso distinguir entre a necessidade real e as formas alienadas de proposição de soluções para o problema. O lema “aprender a aprender”, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma formação plena dos indivíduos, é instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites (DUARTE, 2004, p. 8).

Estes reformuladores do ensino no viés empresarial acreditam que existe uma igualdade social, apontam que “correr riscos” é uma virtude, do mesmo modo que desconhecem e distorcem a realidade escolar e dos currículos norteadores da prática pedagógica. O discurso se apresenta inovador e necessário, mas desconsideram a formação humanizada, tendo como foco dos discursos a relação capital-trabalho.

A educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista como uma questão puramente de gestão. Imaginando “consertar” as escolas pela sua inserção no livre mercado e com propostas restritivas às variáveis intraescolares, secundarizam a importância das variáveis extraescolares, entre elas o impacto das condições de vida das crianças na sua educação. Tal postura advém da recusa de levar em conta restrições estruturais no processo educativo e da concepção depreciativa que o neoliberalismo tem do serviço público e do magistério, que expressa no desejo de “tornar o professor (e a escola) o único responsável”, promover políticas de “responsabilização verticalizadas” como forma de pressioná-lo (FREITAS, 2018, p. 37),

Passa a escola a estar inserida no contexto das reformas neoliberais em relação ao trabalho capitalista, assim, não é papel da escola segundo os reformuladores formar indivíduos para o mercado de trabalho formal, pois, a garantia de trabalho com direitos trabalhistas está em processo de extinção.

O discurso do indivíduo-empresa busca tornar o trabalho cada vez mais precarizado, uma vez que, as relações de trabalho ativo se relaciona com o que Marx (2020, p. 201) atrela ao conceito de trabalho, “só é trabalho produtivo aquele que emprega força de trabalho – que diretamente produza mais-valia [...] consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital”.

As metamorfoses do capital que neste momento histórico se relacionam com o trabalho ainda fixado na premissa de Marx buscando atender ao processo de produção da mais-valia.

Os reformuladores da educação empresarial não deixam de lado as relações de produção capitalista, suas ações atuam junto à escola em um processo de “crise” do capital, situando a acumulação de riqueza proveniente da força de trabalho. É no trabalhador e na teoria do capital humano que o foco das reformas estão embasadas.

Há evidências de que o empreendedorismo foi transformado em palavra de ordem. Seus defensores apregoam que não se pode mais pensar em preparar as novas gerações para um futuro de emprego formal e garantias trabalhistas que estão em extinção. O discurso corrente é o de que se tornou necessário ao trabalhador estar provido de novas competências e habilidades para que consiga adquirir conhecimentos que gerem valor (COAN, 2013, p. 3).

O autor ainda contribui com a seguinte indagação sobre os reformuladores e adeptos desta nova perspectiva educacional empreendedora,

O discurso sobre o empreendedorismo se tornou lugar comum e permeia as propostas e políticas para a formação dos trabalhadores, principalmente da juventude, em diversos continentes. Na América Latina, a manifestação de maior abrangência em prol do empreendedorismo na educação foi feita pela Oficina Regional de Educação para América Latina e o Caribe (OREALC) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), anunciada no Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe – PRELAC que incluiu um quinto pilar, o “aprender a empreender” aos quatro estabelecidos, em 1996, pelo Relatório Delors da Comissão para a Educação no século XXI da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (COAN, 2013, p. 3).

O que se coloca frente ao movimento do empreendedorismo na educação está à estreita relação com a “geração de empregos” mesmo diante de crises humanitárias, considerando a acumulação e produção de riqueza, na preservação da propriedade privada (COAN, 2013; COAN, 2011).

As reformas estão embasadas em discussões como as de Fernando Celso Dolabela Chagas, junto a materiais, software, apostilas empreendedoras, manuais didáticos, cursos, oficinas, seminários.

A formulação da pedagogia empreendedora, coaduna-se com as proposições que visam a ajustar os indivíduos às demandas da sociedade capitalista em tempos de globalização da economia, flexibilização do processo produtivo e novas formas de organizar e gerenciar o trabalho na perspectiva de formar um trabalhador de novo tipo (COAN, 2013, p. 10).

Os ajustamentos do empresariado com o MEC, a organização estrutural do capitalismo do século XXI, o conservadorismo da sociedade perante a crise democrática, consideram que a reforma educacional alinhada ao empreendedorismo é para ampliar o emprego, as estruturas flexibilizadas atenderiam a demanda de desempregados, o discurso se alinha ao processo histórico brasileiro na exploração do trabalho.

Desta forma, a demanda de empregos em escassez alinhada a um grande processo de autoritarismo político, ancora o empreendedorismo educacional como a “garantia” de empregos para as “novas” gerações. O “novo tipo de trabalhador” como citou Coan (2013), atende aos três processos históricos de reformas educacionais abordados, centrada na:

[...] necessidade de se formar o homem trabalhador para o empreendedorismo, notadamente por meio da educação escolar, tornou-se evidente nos últimos tempos como estratégia para combater o desemprego, constituindo-se, dessa forma em uma ideologia que, enaltecendo o modo de produção capitalista, intenta moldar os indivíduos à ordem social vigente com a promessa de que, com o desenvolvimento de suas potencialidades empreendedoras, obterão sucesso na vida profissional e pessoal. O discurso sobre o empreendedorismo, embebido de valores liberais, prima por ocultar as causas dos problemas sociais, apresentando-os, inclusive, como desafios a serem superados com iniciativa e proatividade individual [...] No início do século XXI, observa-se a consolidação e o aprofundamento do projeto burguês de sociedade que propõe políticas com o objetivo de “aliviar a pobreza” [...] Nesse contexto, ganham evidência os discursos

centrados na responsabilidade social, no empreendedorismo voltado para o desenvolvimento de projetos educacionais de viés comunitário que, simultaneamente, despolitizam as relações sociais contraditórias e responsabilizam a pessoa e a comunidade pelas soluções das questões sociais e, concomitantemente, estimulam a competitividade e o individualismo como valor moral. Ou seja, a formação do homem empreendedor se funda no espírito competitivo, mas ao mesmo tempo solidário e preocupado com as questões sociais. [...] é o homem responsável por sua própria produção da existência que age de acordo com as leis do mercado capitalista, capaz de se adaptar ao novo mercado de trabalho flexibilizado, mas, simultaneamente, preocupado com a diminuição da miséria humana (COAN, 2013, p. 13-14; COAN, 2011, p. 53, p. 454).

Deste modo, não só ensino de formação básica está em processo de formação empreendedora, mas se coloca o trabalho do professor como uma força de trabalho empresarial. O surgimento de empresas de profissionais da educação passam a ser terceirizadas e prestarem serviços educacionais para instituições, ficando a cargo da empresa disponibilizar os profissionais.

Diante disto, as reformas educacionais têm caráter cíclico no capitalismo social. A escola acaba disciplinando alunos por um processo adestrador perante a realidade social, econômica e política.

Considerações Finais

Colocou-se frente aos discursos anticorrupção a necessidade de reformular setores estratégicos da sociedade brasileira – estatais – incumbindo a “crise” financeira ao servidor público e instituições públicas, deste modo, colocou os proletariados uns contra os outros. A reestruturação do bloco hegemônico desencadeou e orquestrou a crise política e social que legitimaram os atos antidemocráticos que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O grupo hegemônico nacional alinhado a hegemonia estadunidense colocou a extrema direita no seu rumo conservador. Suas vertentes polarizadas de grupos que flertam com o autoritarismo e pedem retomadas de estruturas do Estado ditatorial provocam a destruição de consensos que pareciam estar muito bem assentados com o final da Ditadura Civil-militar (1964-1985).

Mesmo que vozes dissidentes soam afirmando que este compromisso era uma fachada montada na própria Constituição de 1988, a elite brasileira demonstra ser historicamente uma classe hegemônica opressora. Como bem apresentado por Miguel (2019) e Pinho de Carvalho e Costa Guerra (2016), a historicamente no Brasil ocorre um desmonte dos direitos conquistados com muito sangue, suor e luta. O que ocorreu neste período do século XXI foi a mobilização da direita rompendo com tais avanços do campo do Direito.

Esses levantes no bloco hegemônico atuam para reformulações da exploração do trabalho e das privatizações, colocando a educação pública como alvo direto para amparar seu poder hegemônico. Tentam formar a partir de sua ideologia o cidadão alinhado ao capitalismo nacional e estrangeiro do século XXI, desmoralizam o trabalho docente e ampliam a segregação social. O discurso homem-empresa que amparam o empreendedorismo aponta uma estreita relação com uma “nova” precarização de formação educacional e de superexploração da força de trabalho.

Deste modo, as estruturas educacionais sofrem em caráter emergencial as reformas do ensino básico, que por sua vez, são financiadas pelo setor privado. As discussões do MEC e da educação são norteadas pelo grupo hegemônico composto por empresários do ramo da indústria, banqueiros, religiosos, latifundiários, políticos de carreira, militares, etc., impondo suas vontades ao que este seletivo grupo entende como de “qualidade”. O grupo hegemônico decide então pela estruturação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), padronizando o ensino em uma estreita

relação com a produção de força de trabalho.

São por motivos de “novas” necessidades do bloco hegemônico em explorar a mão de obra brasileira que se opera um golpe de Estado, distorce e revisita discurso de governos autoritários. Impõem-se uma formação parcial do sujeito retirando direitos conquistados pós ditadura e afirmando a necessidade de uma escola com viés empreendedor.

Referencias

COAN, M. Educação para o Empreendedorismo como Estratégia para Formar um Trabalhador de Novo Tipo. **Revista Labor**, n. 9, v.1, 2013. Disponível em: http://Www.Revistalabor.Ufc.Br/Artigo/Volume9/01_Educacao_Para_Empreendedorismo_Como%20estrategia.Pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

COAN, M. Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94847>. Acesso em: 6 abr. 2021.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 1, p. 179-197, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 6 abr. 2021.

DEITOS, R. A. Estado e política pública de educação profissional: os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense. UEM, **Seminário de pesquisa PPE, 2012**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9AdPW_74EtAJ:www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/021.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 20 maio 2021.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção educação contemporânea) 2004.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ALVES, G. A Crise Do Neodesenvolvimentismo E As Perspectivas Do Trabalho: o Brasil no Século XXI. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 53, 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/182353>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARX, K. TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO. *In*. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **História, natureza, trabalho e educação**. Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salette Cadart (orgs.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. 1 ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

PINHO DE CARVALHO, A. M.; COSTA GUERRA, E. BRASIL NO SÉCULO XXI NA GEOPOLÍTICA DA CRISE: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, Brasil, p. 267-280, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5978>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PINHO, C. E. S. Emergência e Declínio do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). **RBPO**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 94 – 121, 2016. Disponível em: https://www.assecor.org.br/files/4014/6791/2262/emerg_ncia_e_decl_nio_do_governo_dilma_rousseff_luz_das_capacidades_do_estado_brasileiro__2011_2016__.pdf Acesso em: 15 mar. 2021.

SAMPAIO JR., P. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. *In: IELA/UFSC, 2016*. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>. Acesso em: 16 mar.2021.

SOUZA, A. M. **Jovens e educação empreendedora**: que discurso é esse? 2006, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás/GO, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1163/1/Adriano%20Mohn%20Souza.pdf> Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. Educação Empreendedora: Premissas, Objetivos E Metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 3, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441747930006>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVEIRA SOARES, J. M. M. RESENHA: A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. DEMIER, F.; HOVELER, R. (orgs.). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 15, p. 271- 275, 1o Semestre de 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:t-M2zVIZRTIJ:https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/30390/21553+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Recebido em 16 de maio de 2022.

Aceito em 22 de junho de 2022.